

Câmara - BH

Cargo -
Procurador



Editais verticalizados

Câmara Municipal de Belo Horizonte - MG

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constituição: conceito e classificação. Evolução histórica constitucional do Brasil.

Poder constituinte originário e derivado.

Limitações ao poder de reforma constitucional. Cláusulas pétreas.

2. Controle da constitucionalidade das leis. O sistema brasileiro. Inconstitucionalidade por omissão. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade.

Ação de Inconstitucionalidade por omissão. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Efeito vinculante e modulação de efeitos das decisões no controle concentrado de constitucionalidade.

3. Declaração de direitos. Direitos e garantias individuais e coletivos.

Direitos sociais.

Nacionalidade,

direitos e partidos políticos.

4. Ações Constitucionais: Mandado de Segurança. Ação Popular. Ação civil pública. Habeas Data. Habeas Corpus. Reclamação.

5. Organização do Estado brasileiro. A Federação na Constituição de 1988. Estrutura e repartição de competências entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Competências legislativas e competências materiais. Competência privativa, comum e concorrente. Competências legislativas e materiais dos Municípios.

Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

6. Organização dos Poderes. Funções do Estado. A independência e a harmonia entre os Poderes e o sistema de pesos e contrapesos.

7. O Poder Legislativo. Congresso Nacional. Composição e atribuições. Câmara dos Deputados e Senado Federal. Competências. Estatuto constitucional dos deputados e senadores. Funcionamento do Poder Legislativo. Comissões permanentes e temporárias.

As comissões parlamentares de inquérito. Competências da Câmara Municipal. Vereadores. Responsabilidade civil, penal e político-administrativa dos vereadores.

8. O processo legislativo. Espécies normativas. Emenda à Constituição. Limitações da natureza formal, substancial e temporal. Fases do processo legislativo. Quórum.

Discussão, votação, sanção e veto, promulgação e publicação. Iniciativa para a apresentação de proposições. O processo legislativo no Município de Belo Horizonte.

Regimento Interno da CMBH (Resolução nº 1480/1990).

9. O Poder Executivo. Eleição, posse, atribuições e responsabilidade do Presidente da República. Poder regulamentar. Medidas provisórias. Crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros do Estado. Competências do Poder Executivo Municipal. Responsabilidade civil, penal e político-administrativa do Prefeito.

Decreto-Lei 201/1967.

10. O Poder Judiciário. Organização e estatuto constitucional da magistratura. Competências do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal Superior Eleitoral. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público e Defensoria Pública.

II - DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Conceito, fontes e princípios do direito administrativo.

2. Administração Pública: princípios da administração pública; descentralização política e descentralização administrativa; descentralização e desconcentração administrativa. Órgãos públicos.

Organização administrativa, administração direta, indireta e entes do terceiro setor.

Consórcios públicos.

3. Atos administrativos. Conceito, requisitos e classificação. Anulação, revogação, convalidação e prescrição. Atributos dos atos administrativos. Vinculação e discricionariedade nos atos administrativos.

Processo Administrativo: conceito, princípios, fases, direitos dos administrados.

4. Poder de polícia.

5. Licitações: Conceito e modalidades. Princípios básicos. Dispensa e inexigibilidade. Fase interna. Habilitação e julgamento. Adjudicação. Recursos. Anulação e Revogação. Registro de preços e Adesão. Lei nº 14.133/2021.

6. Contrato administrativo: requisitos formais; cláusulas necessárias. Formalização. Anulação e Revogação. Formas de extinção. Lei nº 14.133/2021.

7. Serviços públicos. Execução direta e por delegação. Serviços indelegáveis. Diferenças entre concessão, permissão e autorização. Serviços públicos municipais.

Parcerias público-privadas.

8. Bens públicos. Conceito, classificação, atributos e formas de uso dos bens públicos.

9. Intervenção do Estado sobre a propriedade privada. Função social da propriedade. Tombamento. Servidão administrativa. Desapropriação. Limitações Administrativas.

10. Agentes Públicos: classificação. Servidores públicos civis. Acesso aos cargos públicos. Formas de provimento. Concurso público. Normas constitucionais sobre servidores.

Responsabilidade do servidor público: civil, penal, administrativa e por improbidade administrativa (Lei no 8.429/1992).

Processo administrativo. Sindicância.

Regime jurídico dos servidores públicos da Câmara Municipal de Belo Horizonte: Lei Municipal no 7863/1999.

11. Responsabilidade civil do Estado. Evolução. Fundamentos. Responsabilidade objetiva e responsabilidade subjetiva. Causas excludentes e atenuantes.

12. Controle da Administração Pública. Controle administrativo. Controle legislativo. Controle judicial. Limites ao controle jurisdicional sobre o ato administrativo. Controle externo a cargo do Tribunal de Contas. Controle social e popular.

Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527 /2011).

III - DIREITO CIVIL

1. Conceito: direito público e direito privado.

2. Vigência e eficácia da lei.

Conflito de leis no tempo e no espaço.

Hermenêutica e aplicação da lei.

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei Federal nº 4.657, de 1942).

3. Pessoas naturais: da personalidade e da capacidade. Pessoas jurídicas: disposições gerais e classificação.

4. Fatos e atos jurídicos.

Negócio Jurídico. Conceito e classificação. Interpretação dos negócios jurídicos.

Defeitos dos negócios jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação e fraude.

Nulidades absolutas e relativas.

5. Obrigações. Conceito. Obrigações de dar, de fazer e de não fazer. Obrigações alternativas, divisíveis, indivisíveis e solidárias. Cláusula penal. Liquidação das obrigações.

Extinção das obrigações. Pagamento. Objeto e prova, tempo e lugar do pagamento. Compensação, novação, transação e dação em pagamento.

6. Responsabilidade civil.

7. Contratos. Teoria geral.

8. Prescrição e decadência. Conceito, prazos, suspensão e interrupção.

9. Direito das coisas. Posse e propriedade

10. Direito do consumidor: Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004.

11. Lei Geral de Proteção de Dados: Lei Federal nº 13.709, de 2018.

IV - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Normas Fundamentais e Aplicação das Normas Processuais.

2. Jurisdição e Ação. Competência Interna. Competência em razão do valor, da pessoa e da matéria. Competência funcional e territorial. Modificações da competência.

Sujeitos processuais: Partes e Procuradores.

Sucessão das Partes e dos Procuradores.

Capacidade de ser parte e de estar em juízo.

Litisconsórcio.

Intervenção de Terceiros.

Assistência. A Câmara Municipal em juízo.

Personalidade jurídica e personalidade judiciária.

Poderes, Deveres e Responsabilidade do Juiz. Impedimentos e Suspeição.

Ministério Público. Advocacia Pública.

3. Atos Processuais. Forma, Tempo e Lugar dos Atos Processuais.

Comunicação dos Atos Processuais.

Nulidades.

4. Tutela Provisória. Tutela de Urgência e Tutela da Evidência.

5. Formação, Suspensão e Extinção do Processo.

6. Processo de Conhecimento. Procedimento Comum. Disposições Gerais.

Petição Inicial: Requisitos. Pedido. Indeferimento da Petição Inicial. Improcedência

Liminar do Pedido. Audiência de Conciliação ou de Mediação.

7. A Resposta do Réu. Contestação. Reconvenção. Revelia. Providências Preliminares e Saneamento. Julgamento Conforme o Estado do Processo. Extinção do Processo. Julgamento Antecipado do Mérito. Julgamento Antecipado Parcial do Mérito. Saneamento e Organização do Processo.

8. Audiência de Instrução e Julgamento.

Provas.

9. Sentença e da Coisa Julgada. Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa.

Coisa Julgada.

Coisa julgada formal e material.

Limites objetivos e subjetivos da Coisa Julgada.

Cumprimento da Sentença. Classificação das sentenças.

10. O processo nos Tribunais.

A Ordem dos Processos e dos Processos de Competência Originária dos Tribunais.

Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.

Conflito de Competência.

Reclamação.

11. A adoção de precedentes à luz do novo CPC.

Repercussão geral. Súmula vinculante. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

12. Meios de Impugnação das decisões Judiciais.

Recursos. Disposições Gerais. Duplo Grau de Jurisdição. Pressupostos. Efeito suspensivo e devolutivo dos recursos. Apelação.

Agravo de Instrumento. Agravo Interno. Embargos de Declaração.

Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça: Recurso Ordinário; Recurso Extraordinário e Recurso Especial.

Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos.

Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.

13. Procedimentos especiais: Mandado de Segurança, Ação Popular,

Ação Civil Pública,

Habeas Data,

Ação Direita de Inconstitucionalidade,

Ação Declaratória de Constitucionalidade,

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e Ação de Inconstitucionalidade por Omissão.

Objeto, partes, cabimento, prazo para impetração, competência, medidas liminares e cautelares.

V - DIREITO DO TRABALHO

1. Direito do Trabalho na Constituição Federal de 1988.
2. Princípios do Direito do Trabalho.
3. Competência da Justiça do Trabalho.
4. Relação de trabalho e relação de emprego. Empregado e empregador.
5. Contrato de trabalho. Elementos constitutivos. Suspensão e interrupção. Término.
6. Salário e remuneração.
7. Férias.
8. Gratificação de natal.
9. Aviso Prévio.
10. FGTS.
11. Terceirização. Responsabilidade do ente tomador.
12. Organização sindical. Convenção e Acordo Coletivo do Trabalho.

VI - DIREITO FINANCEIRO

1. Finanças públicas na Constituição de 1988.
2. Orçamento público. Conceito e espécies. Natureza jurídica.
Princípios orçamentários.
Normas gerais de direito financeiro (Lei nº 4.320/1964).
Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos.
3. Leis orçamentárias. Plano Plurianual.
Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Lei Orçamentária anual.
Ciclo orçamentário.
Processo legislativo.
4. Vedações constitucionais.

5. Estágios da Despesa Pública.

Empenho: conceito, tipos, nota de empenho. Restos a pagar.

Despesas obrigatórias de caráter continuado.

Despesas com pessoal. Despesas com seguridade social.

6. Receita Pública: Renúncia de receita. Disponibilidade de caixa.

7. Transferências voluntárias.

Destinação de recursos públicos para o setor privado. Sistema financeiro nacional.

8. Regime de adiantamento.

9. Empréstimos públicos. Conceito, natureza, classificação, princípios, regime constitucional.

Limitações impostas pela Lei Complementar nº 101/00.

Operações de crédito. Antecipação de receita.

10. Controle financeiro interno.

Controle financeiro externo.

Controle pelo Tribunal de Contas.

Controle jurisdicional do orçamento.

11. Lei Federal nº 4320/64 e Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

VII - DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Constituição Federal. Sistema Tributário Nacional. Código Tributário Nacional

2. Tributo. Conceito. Norma tributária. Normas gerais. Fontes. Interpretação e integração. Princípios do Direito Tributário.

3. Impostos, taxas e contribuições de melhoria. Empréstimos compulsórios. Contribuições.

4. Competência tributária. Impostos da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

5. Limitações ao poder de tributar.

6. Repartição das receitas tributárias.

7. Obrigação tributária. Obrigação principal e acessória. Fato gerador. Sujeito ativo e passivo.

Solidariedade. Capacidade tributária.

Domicílio tributário.

Responsabilidade tributária.

Elementos. Incidência, não incidência, imunidade e isenção.

Decadência.

8. Crédito tributário. Conceito. Natureza. Lançamento. Revisão.

Constituição. Suspensão. Extinção. Exclusão. Garantias e privilégios.

Prescrição.

9. Administração tributária.

Fiscalização. Dívida ativa: conceito, inscrição.

Processo Tributário Administrativo. Certidão de dívida ativa: natureza jurídica, presunção de certeza e liquidez.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!